

**EDITAL - COMPRA
PREGÃO ELETRÔNICO**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023**

(Processo Administrativo nº 19615.722070/2023-17)

Torna-se público que a SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, por meio da DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA, sediada na Avenida Alfredo Lisboa, nº 1152, 2º Andar, Bairro do Recife Antigo, CEP 50.030-904, Recife (PE), realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993¹, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 18/12/2023

Horário: 10:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço global do grupo

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição, mobilização e montagem de 04 (quatro) equipamentos do tipo Container, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 6 (seis) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/170058;

Fonte: 1032000000;

Programa de Trabalho: 04.125.0032.2237.0001;

Natureza de Despesa: 449051;

Subitem de Natureza de Despesa: 92;

PI: OBS.

3. DO CREDENCIAMENTO

¹ Este processo licitatório e a contratação resultante, cuja publicação do edital tem previsão de ocorrer até o dia 29 de dezembro de 2023, serão regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, tudo conforme art. 2º da Portaria SEGES/MGI N.º 720, de 15 de março de 2023.

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário;

4.2.8. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8. que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances deverá ser de 0,5% (cinco décimos por cento).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:

7.26.1. no país;

7.26.2. por empresas brasileiras;

7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.2.1. A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar quando solicitado pelo pregoeiro juntamente com a proposta:

- Os desenhos técnicos, contendo elevações, seções verticais e horizontais com medidas e detalhes dos equipamentos, bem como o caderno de especificações técnicas. Os documentos técnicos deverão ser expedidos em nome da empresa que efetivamente fabrica os containers.
- A descrição da logística e do planejamento da entrega, do transporte, da montagem e da instalação dos itens.
- A descrição da metodologia para prestação de serviços de reposição de materiais defeituosos, seja por avarias no transporte, seja por defeitos de fabricação; bem como a assistência técnica durante a garantia dos equipamentos. A licitante deverá indicar o nome, endereço e telefone da empresa que ficará responsável pela assistência técnica.
- Os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao perfeito manuseio e manutenção dos equipamentos.

7.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, **deverá** ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.2.1. Os documentos enviados em atendimento ao item 7.28.2.1 do Edital deverão ser avaliados pela equipe técnica da Seção de Obras e Serviços de Engenharia (Saeng04) no prazo de 02 (dois) dias úteis.

8.2.2. Para aceitação da proposta, serão avaliados os critérios estabelecidos no item 03 do Anexo B do Termo de Referência, referentes às especificações técnicas.

8.2.3. Caso os equipamentos da proposta da licitante não correspondam exatamente às especificações citadas, podem ser apresentados itens com equivalência técnica, desde que seja apresentado relatório demonstrando a equivalência técnica dos materiais.

8.2.4. Os documentos deverão ser avaliados pela equipe técnica da Seção de Obras e Serviços de Engenharia (Saeng04) no prazo de 02 (dois) dias úteis.

8.2.5. Para aceitação da proposta, serão avaliados os critérios estabelecidos no item 03, referentes às especificações técnicas.

8.2.6. Caso os equipamentos da proposta da licitante não correspondam exatamente às especificações citadas, podem ser apresentados itens com equivalência técnica, desde que seja apresentado relatório demonstrando a equivalência técnica dos materiais.

8.2.7. Caso a equipe da Saeng04 julgue necessário, pode ser solicitada a apresentação de amostra ou protótipo para a aceitação da proposta.

- 8.2.8. Serão aceitos como protótipos produtos fornecidos pela licitante a outros órgãos ou empresas, desde que tenham as mesmas características do objeto licitado.
- 8.2.9. O julgamento e aceitabilidade da proposta e das especificações técnicas cabe ao(a) pregoeiro(a), que poderá solicitar manifestação técnica à equipe da Seção de Obras e Serviços de Engenharia (Saeng04), a fim de subsidiar sua decisão.
- 8.2.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.2.11. No caso da não apresentação da documentação, ou atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, a proposta do licitante será recusada.
- 8.2.12. Se os documentos apresentados pelo primeiro classificado não forem aceitos, o Pregoeiro e equipe analisarão a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.
- 8.2.13. Seguir-se-á com a verificação dos documentos técnicos e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Edital.
- 8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo
- 8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá

nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;));

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.11. **Habilitação jurídica:**

9.11.1. no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.11.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.11.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.11.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.12. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.12.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.12.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.12.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.13. **Qualificação Econômico-Financeira.**

9.13.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.13.1.1. Quando não constar a data de validade da Certidão de Falência, deve-se adotar o período de 1 (um) ano, contado a partir de sua emissão (fonte: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/sicaf-normativo> – pergunta 21).

9.13.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.13.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.13.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.13.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.13.3. comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.13.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.14. **Qualificação Técnica:**

9.14.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.14.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.14.1.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.14.1.1.1.1. **fornecimento de 02 equipamentos do tipo container com as características similares ao objeto desta contratação.**

9.14.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.15. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.16. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.16.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.17. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.18. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.20. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.21. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.22. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.22.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.23. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Será exigida garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à legal, conforme prazos mínimos e demais regras constantes do Termo de Referência.

16. DO TERMO DE CONTRATO

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

16.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. apresentar documentação falsa;

21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. não mantiver a proposta;

21.1.7. cometer fraude fiscal;

21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

21.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail dipol04.licitacao@rfb.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Alfredo Lisboa, nº 1152, 2º Andar, Bairro do Recife Antigo, CEP 50.030-904, Recife (PE), DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA.

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Alfredo Lisboa, nº 1152, 2º Andar, Bairro do Recife Antigo, CEP 50.030-904, Recife (PE), DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

23.12.1.1. Anexo A do Termo de Referência – Estudo Técnico Preliminar;

23.12.1.2. Anexo B do Termo de Referência – Especificações Técnicas;

23.12.1.3. Anexo C do Termo de Referência – Projetos (Containers, Cabeamento Estruturado e Elétrica Geral).

23.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

23.12.3. ANEXO III – Planilha Orçamentária;

23.12.4. ANEXO IV – Modelo de Planilha Orçamentária (Licitante);

23.12.5. ANEXO V – Modelo de Proposta;

23.12.6. ANEXO VI – Modelo de Declaração de Vistoria ou Renúncia.

24. DAS ASSINATURAS

24.1. Cumpridos os requisitos da legislação de regência, em especial o art. 9º, inc. IX da Lei 8.666/93, e nos termos do art. 265 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 28/07/2020, propomos apreciação, assinatura e encaminhamento para aprovação do presente Edital de Licitação ao chefe da Dipol04.

Assinado e datado digitalmente

Bruno Cirne de Lucena

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Assinado e datado digitalmente

Chefe do SELIC04

25. DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO

25.1. Nos termos do art. 366, II do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, combinado com o art. 165, inc. VIII do respectivo regimento, PROPONHO Aprovação do Presente Documento.

Assinado e datado digitalmente

Chefe da DIPOL04

26. APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO

26.1. Ante o Exposto, em conformidade com o disposto no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, bem como nos termos art. 364, §1º, III, do Regimento Interno, APROVO o presente Edital de licitação conforme proposto.

Assinado e datado digitalmente
Superintendente da RFB na 4ª Região Fiscal

PUBLIQUE-SE NAS FORMAS LEGAIS CABÍVEIS E ENCAMINHE-SE À DIPOL04.

**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 4ª REGIÃO FISCAL
PREGÃO Nº 21/2023
(Processo Administrativo n.º 19615.722070/2023-17)**

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, mobilização e montagem de 04 (quatro) equipamentos do tipo Container, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA	
						Unitário	Total
1	1	<p>Guarita: Container para escritório com banheiro para guarita e vigilância.</p> <p>Módulo com isolamento termoacústico, revestido com acabamento em pvc branco e banheiro medindo aproximadamente 6,00m x 2,50m x 2,60m (altura) com 01 porta de acesso, 04 janelas de correr, iluminação, instalação elétrica e lógica conforme o anteprojeto em anexo, piso em compensado naval revestido com Paviflex de auto tráfego ou manta vinílica com 1,6 mm. Instalações dados + voz + elétricas, hidráulica e infraestrutura para instalação de Split 18.000 BTU/H, até a saída do container.</p> <p>Banheiro: 01 vaso sanitário com tampa e descarga, 01 lavatório de louça branca, espelho, kit ferragens, 01 janela basculante de 0,60 x 0,60, 01 divisória interna com porta em duraplac, luminárias LED conforme anteprojeto elétrico.</p>	600252	Unidade	1	70.304,60	70.304,60
	2	<p>Vestiário: Módulo com isolamento termoacústico, revestido com acabamento em pvc branco medindo aproximadamente 6,00m x 2,50m x 2,60m (altura) dividido internamente em 02 vestiários, sendo 01 masculino e 01 feminino, conforme anteprojeto em anexo.</p> <p>O Container deve ter 02 portas de acesso, 02 janelas altas basculantes, iluminação com luminárias LED, instalação elétrica e lógica conforme o anteprojeto em anexo, piso em compensado naval com</p>	600252	Unidade	1	77.222,91	77.222,91

Observação: Em caso de divergência, as descrições, especificações e unidades da tabela acima deverão prevalecer sobre as informações vinculadas ao código do CATMAT indicado (600252) e que será utilizado no cadastro dos itens da licitação.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nos ***“Requisitos da Contratação”, item 5.1.1 do ETP – Anexo A do Termo de Referência:***

5.1.1. Nos termos do art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, deverão ser adotados os seguintes critérios e práticas sustentáveis:

- I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de entrega e montagem dos módulos de Containers, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (81) 3797-5534.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

7.1. O prazo máximo para a montagem e entrega dos containers com todas as instalações funcionando perfeitamente é de 30 dias corridos a partir da assinatura do contrato, no seguinte endereço: Avenida da Saudade, 314, Santo Amaro, Recife/PE.

7.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc..

9.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do **Índice Nacional de**

Custo da Construção (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1. Não se trata de aquisição de bem de grande vulto, bem como não envolve alta complexidade técnica nem riscos financeiros consideráveis;

15.1.2. O contrato não importará em entrega de bens pela Administração, ou seja, o contratado não será depositário de bens da Administração;

15.1.3. Não se trata de contrato com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, não havendo riscos de a Administração ser responsabilizada subsidiariamente pelo inadimplemento de encargos trabalhistas e previdenciários;

15.1.4. Não há previsão de realização de pagamento antecipado por parte da Administração.

16. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

16.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 01 (um) ano, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

16.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

16.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

16.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

16.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

16.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

16.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

16.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

16.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

16.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

16.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa:**

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

(2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

17.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

18.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

18.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

18.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

18.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

18.3.1.1.1. **fornecimento de 02 equipamentos do tipo container com as características similares ao objeto desta contratação.**

18.3.2. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

18.3.2.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

18.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

18.4.1. Valor Global: **R\$ 355.561,72** (trezentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos);

18.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

18.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

18.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

19.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 355.561,72** (trezentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos).

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 00001/170058;

Fonte: 1032000000;

Programa de Trabalho: 04.125.0032.2237.0001;

Natureza de Despesa: 449051;

Subitem de Natureza de Despesa: 92;

PI: OBS.

21. DOS ANEXOS

21.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.1.1. Anexo A – Estudo Técnico Preliminar;

21.1.2. Anexo B – Especificações Técnicas;

21.1.3. Anexo C – Projetos (Containers, Cabeamento Estruturado e Elétrica Geral).

22. DA APROVAÇÃO PELO SETOR DEMANDANTE

22.1. Nos termos do art. 29, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, o Termo de Referência cumpre com os requisitos solicitados na Demanda.

Assinado e Datado digitalmente
Chefe da SAENG04

23. DA ELABORAÇÃO E REVISÃO

23.1. Cumpridos os requisitos da legislação de regência, em especial o art. 9º, inc. IX da Lei 8.666/93, e nos termos do Art. 265 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 28/07/2020, propomos apreciação, assinatura e encaminhamento para aprovação do presente Termo de Referência ao chefe da DIPOL04.

Assinado e Datado digitalmente
Bruno Cirne de Lucena
Elaboração
Membro – Equipe de Planejamento

Assinado e Datado digitalmente
Rosaline Carneiro de Albuquerque
Tojal
Elaboração
Membro – Equipe de Planejamento

Assinado e Datado digitalmente
Ana Sara de Assis Santos
Elaboração
Membro – Equipe de Planejamento

Assinado e Datado digitalmente
Revisão
Chefe do SELIC04

24. DA AUTORIZAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO

24.1. Com fulcro no art. 263, combinado com o art. 168, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, AUTORIZO a realização de processo administrativo, modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, visando à contratação de pessoa jurídica para os fins previstos no item 1.1 deste documento.

24.2. Nos termos do art. 366, inc. II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, combinado com o art. 168, inc. VIII, do respectivo regimento, **PROPONHO** Aprovação do Presente Documento.

Assinado e Datado digitalmente
Chefe da DIPOL04

25. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

25.1. Ante o Exposto, em conformidade com o disposto no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, bem como nos termos art. 364, §1º, III, do Regimento Interno, **APROVO** o presente Termo de Referência conforme proposto.

Assinado e Datado digitalmente
Superintendente da SRRF04

Estudo Técnico Preliminar 12/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 19615.722070/2023-17

2. INTRODUÇÃO

2.1. A Equipe de Planejamento da Contratação, em atenção ao disposto no Documento de Formalização de Demanda (DFD), fls. 2/4 (**atualizado à fl. 33**), composta pelos membros descritos no Anexo Único da Portaria SRRF04 nº 439/2023, com fundamento no art. 3º, inc. IV, art. 6º, inc. I e art. 14, inc. I, todos do Decreto 10.024/2019, elabora os Estudos Técnicos Preliminares, sob a numeração de *e-processo* 19615.722070/2023-17, o qual é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação, caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido, para fins de subsidiar a elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico, Edital, Contrato e demais anexos, bem como quaisquer outros documentos pertinentes à modalidade licitatória adotada ou sua Dispensa/Inexigibilidade.

3. Descrição da necessidade

3.1. A aquisição dos containers é necessária para guarda e administração do estacionamento dos veículos oficiais da Receita Federal do Brasil no Recife.

3.2. A escolha por esse tipo de equipamento se deu por causa de suas características como flexibilidade, modulação, montagem e resistência que são importantes para a viabilidade de estruturas em locais distantes ou com pouca infraestrutura, com agilidade e qualidade para abrigar áreas administrativas e áreas de convívio.

3.3. Os containers exercerão as funções de guarita, área de trabalho (escritório), vestiário e sala de estar para os motoristas.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG	Ana Sara de Assis Santos

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Critérios de Sustentabilidade:

5.1.1.1. Nos termos do art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, deverão ser adotados os seguintes critérios e práticas sustentáveis:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens.

5.1.2. Deverão ser observados o Caderno de Especificações Técnicas e os Projetos que se encontram às fls. 5/13 do processo (**Especificações atualizadas à fl. 33**) e que farão parte do Edital.

5.1.3. Requisitos de Capacidade Técnica:

5.1.3.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

5.1.3.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.1.3.1.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados para o fornecimento de 02 equipamentos do tipo container com as características similares ao objeto desta contratação.

5.1.4. Deverá ser prestada garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, conforme pormenorizado em tópico específico do Caderno de Especificações e do Termo de Referência.

5.1.5. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

5.1.6. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

5.1.7. Deverão ser cumpridas as condições de participação previstas no Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, bem como deverão ser atendidas as condições de habilitação.

5.1.8. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. Levantamento de Mercado

6.1. De acordo com o Relatório “*Análise Comparativa de Preço Container Locação X Aquisição e Justificativa da Formação de Preços*”, às fls. 15/22 (**atualizado à fl. 33**) do processo:

6.1.1. Atualmente a Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal está construindo o estacionamento/garagem para a guarda dos veículos oficiais e viaturas. O imóvel está localizado na Avenida da Saudade, 314, no bairro de Santo Amaro, Recife/PE e conta com segurança realizada por meio câmeras e de vigilante.

6.1.2. Com o término da obra, o estacionamento passará a necessitar de um abrigo para a administração do estacionamento e dos motoristas, além da guarita de segurança.

6.1.3. Para a execução deste abrigo optou-se pela utilização de módulos tipo container por causa de suas características como flexibilidade, modulação, montagem e resistência que são importantes para a viabilidade de estruturas em locais distantes ou com pouca infraestrutura, com agilidade e qualidade para abrigar áreas administrativas e áreas de convívio.

6.1.4. Definida a escolha dos equipamentos e as especificações técnicas dos containers foi realizada uma análise comparativa de preço entre locação e compra para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento e instalação dos 04 equipamentos tipo container conforme caderno de especificações.

Obs.: as Especificações Técnicas e os Projetos encontram-se às fls. 5/13 do processo (Especificações atualizadas à fl. 33**) e farão parte do Edital.**

6.1.5. Análise comparativa de preço para locação e compra de container:

Valor total do contrato de locação	R\$ 749.693,40
Valor total para compra dos containers	R\$ 355.561,72

6.1.6. Com base na análise comparativa dos valores para locação e compra dos containers, foi sugerida a aquisição dos equipamentos por meio de compra, pois o aluguel não compensa uma vez que o somatório dos valores a serem desembolsados na locação ao longo de 60 meses ultrapassam o dobro do valor da compra.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. Aquisição, mobilização e montagem de 04 equipamentos do tipo container, sendo 01 para guarita da vigilância, com banheiro, 01 para vestiários masculino e feminino, 01 para sala de estar e permanência dos motoristas, e 01 para o escritório e administração dos motoristas.

7.2. Os módulos dos containers devem obedecer ao anteprojeto de arquitetura (fls. 11/13 do processo) e às descrições e especificações abaixo:

01	Guarita	<p>Container para escritório com banheiro para guarita e vigilância.</p> <p>Módulo com isolamento termoacústico, revestido com acabamento em pvc branco e banheiro medindo aproximadamente 6,00m x 2,50m x 2,60m (altura) com 01 porta de acesso, 04 janelas de correr, iluminação, instalação elétrica e lógica conforme o anteprojeto em anexo, piso em compensado naval revestido com Paviflex de auto tráfego ou manta vinílica com 1,6 mm. Instalações dados + voz + elétricas, hidráulica e infraestrutura para instalação de Split 18.000 BTU/H, até a saída do container.</p> <p>Banheiro: 01 vaso sanitário com tampa e descarga, 01 lavatório de louça branca, espelho, kit ferragens, 01 janela basculante de 0,60 x 0,60, 01 divisória interna com porta em duraplac, luminárias LED conforme anteprojeto elétrico.</p>
02	Vestiário	<p>Módulo com isolamento termoacústico, revestido com acabamento em pvc branco medindo aproximadamente 6,00m x 2,50m x 2,60m (altura) dividido internamente em 02 vestiários, sendo 01 masculino e 01 feminino, conforme anteprojeto em anexo.</p> <p>O Container deve ter 02 portas de acesso, 02 janelas altas basculantes, iluminação com luminárias LED, instalação elétrica e lógica conforme o anteprojeto em anexo, piso em compensado naval com espessura de 18 mm, com revestimento impermeável, lavável e antiderrapante, conforme a NR 18.</p> <p>O container vestiário deve ter 04 duchas para banho, 03 vasos sanitários com tampa e descarga, 03 lavatórios de louça branca e espelhos, kit ferragens, 02 janelas basculantes de 0,60 x 0,60, 02 luminárias e divisórias internas com porta em duraplac, conforme anteprojeto de arquitetura.</p>
03	Sala dos motoristas	<p>Módulo com isolamento termoacústico, revestido com acabamento em pvc branco medindo aproximadamente 6,00m x 2,50m x 2,60m (altura) com 01 bancada com 01 pia, 02 portas de acesso, 02 janelas de correr conforme anteprojeto de arquitetura.</p> <p>O container deve ter também iluminação com luminárias LED, instalação elétrica e lógica conforme o anteprojeto em anexo, piso em compensado naval revestido com Paviflex de auto tráfego ou manta vinílica com 1,6 mm. Instalações dados + voz + elétricas, hidráulica e infraestrutura para instalação de Split 18.000 BTU/H até a saída do container.</p>
04	Administração	<p>Módulo com isolamento termoacústico, revestido com acabamento em pvc branco medindo aproximadamente 6,00m x 2,50m x 2,60m (altura) com 01 porta de acesso, 04 janelas de correr, iluminação em LED, instalação elétrica e lógica conforme o anteprojeto em anexo, piso em compensado naval revestido com Paviflex de auto tráfego ou manta vinílica com 1,6 mm. Instalações dados + voz + elétricas, hidráulica e infraestrutura para instalação de Split 18.000 BTU/H até a saída do container.</p>

Estrutura: construções modulares do tipo pré-fabricado de tamanho e peso calculados para que se possa realizar uma montagem fácil e remontagem rápida sem auxílio de ferramentas ou meios de içamento especiais, com estruturas metálicas em aço de perfil trabalhado ou dobrado com limites de plasticidade de 240 mpa, interconectadas através de soldagem ou por meio de parafuso; alicerce constituído de quadro de aço tubular estruturado, enrijecido e interconectado através de parafusos estabilizando todo o perímetro do alicerce. O chassi é composto de travessas de aço galvanizado tipo perfil Omega. A descarga d'água pluvial constituída de 04 (quatro) tubos descendentes de 50 mm de diâmetro em PVC incorporado dentro dos quatro cantos da estrutura.

Cobertura: teto constituído de quadro perimetral em aço de perfil trabalhado ou dobrado interconectado por meio de parafusos; com cobertura externa de chapa de aço zincada, dentada de, no mínimo, 0,6 mm de espessura.

O fechamento da cobertura deverá ser executado com telhas termoacústicas tipo sanduíche, em chapas de alumínio de esp.= 0,5 mm com camada de poliestireno expandido.

A Cobertura deve ser equipada com calhas e demais acessórios necessários à sua fixação, estanqueidade, captação e destinação das águas pluviais.

O forro interno é constituído de placas de chapas zincada com prime e acabamento com tinta esmalte sintético na cor branco neve.

Entre o forro e a cobertura externa deve ser colocado um colchão de lã mineral de 30 mm de espessura para isolamento térmico e acústico.

A cobertura deve ter carga admissível de pelo menos 100 Kg/m² uniformemente distribuído e coeficiente de isolamento igual ou maior que $K=0,610 \text{ W/m}^2$.

Pilares: em aço de perfil trabalhado de 3 mm de espessura calculado para suportar pressão do vento e sobrecarga vertical. Proteção e envernização realizadas através de lavagem das estruturas com solventes, de secagem por meio de ar quente, de aplicação de uma demão de fundo de spray epoxidico e sucessiva aplicação de uma demão de esmalte poliuretânico com dois componentes, secagem final em forno especial.

Paredes: a vedação externa será composta por painéis modulares constituídos por duas chapas de lâmina externa em aço texturizado zincado a quente conforme normas vigentes, pré-envernizados em sistema industrial com uma demão de primer sobre todas as faces e, como acabamento, em pintura eletrostática, uma demão de verniz de poliéster sobre as faces expostas, entre as duas chapas injeta-se, em alta pressão, uma espuma poliuretânica auto extintora de densidade 39/40 Kg/mc, constituído assim, painéis com espessura de 40 mm e coeficiente de isolamento $K = 0,44 \text{ W/m}^2 \text{ } ^\circ\text{K}$.

Portas e janelas: as portas são fabricadas em aço texturizado trabalhado ou dobradas no mesmo acabamento que os painéis constituintes das demais paredes externas. Fabricadas com perfis de acabamento em alumínio anodizado ou envernizadas acompanhadas de todos os acessórios.

As janelas, medindo 1,00 m x 1,00 m, são de correr com barras de proteção verticais e vidros de 4 mm de espessura. Fabricadas com perfis de acabamento em alumínio acompanhados de todos os acessórios.

Piso: constituído de placas de compensado naval hidrófago de espessura de 18mm, revestido com paviflex de autotráfego ou manta vinílica de 1,6mm de espessura, sem emendas, para cada módulo, lavável, autotráfego e resistente aos agentes químicos normais de limpeza com carga admissível de 250 Kg/m² uniformemente distribuídos e coeficiente de isolamento $K = 1,42 \text{ W/m}^2$.

Para as áreas molhadas, de banheiros e vestiários deverá ser utilizado compensado naval com espessura de 18 mm, com revestimento impermeável, lavável e antiderrapante, conforme NR 18.

Instalações hidrossanitárias: produzidas com tubos de adução de água em polipropileno com união por termofusão ou através de encaixe; os tubos de descarga de água são em PVC, os utensílios como lavatório, vaso sanitário com caixa acoplada e vaso sanitário para deficientes em cerâmica branca.

Deverá ser prevista a instalação de sistemas de captação de águas pluviais para o sobre teto e sistema de drenos para os aparelhos de ar-condicionado destinando as águas coletadas para a rede pública de Águas Pluviais.

Os ralos e calhas de piso deverão ser equipados com grelhas metálicas ou em PVC.

Os boxes para banho deverão ser caixa em fibra de vidro ou em PVC e devem ser adaptados ao tamanho de cada módulo conforme medidas do anteprojeto.

Instalações elétricas: a distribuição dos pontos de elétrica deverá ser feita através de eletrodutos metálicos ou canaletas metálicas divisão interna tipo multiway série 70 (padrão RFB), realizadas segundo as normas vigentes com tensão prevista para 110/ 220 V; as tomadas são do tipo 3 pinos (NBR 5410) devidamente identificadas. Deverão ser previstos 02 (dois) pontos de elétrica para cada estação de trabalho representada em planta, 01(um) ponto de força para aparelhos de ar-condicionado, estabilizador, micro-ondas (estar e permanência), geladeira (estar e permanência) e demais aparelhos representados em planta.

Os vestiários e sanitários deverão ter 01 (um) ponto de TUG.

As Luminárias serão de sobrepor aletadas de alto brilho para 2 lâmpadas de LED tubular de 18 a 20W e a iluminação externa mediante refletores de LED. Nos banheiros podem ser adotados outro modelo compatível com o anteprojeto em anexo.

Instalações de lógica e telefonia: a distribuição dos pontos deverá ser feita através de eletrodutos metálicos ou canaletas tipo multiway série 70 (padrão RFB), obedecendo às normas vigentes; os pontos serão do tipo e RJ45 em caixas tipo metálica compatível com os sistemas de eletrodutos.

Para os módulos tipo administração deverá ser previsto lógico e 01 ponto de telefonia para cada posto de trabalho conforme o anteprojeto de arquitetura.

Aterramento: a estrutura dos módulos de contêineres deve ser aterrada eletricamente, prevenindo contra a possibilidade de choques elétricos, obedecendo às normas técnicas brasileiras.

OBSERVAÇÕES

Os containers deverão ser equipados com toda a infraestrutura elétrica e de drenagem para a instalação de um aparelho de ar-condicionado tipo Split de 18.000 BTUs em cada módulo.

Os banheiros deverão ter espelho sobre os lavatórios, box com fechamento em esquadria de alumínio com porta.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Aquisição, mobilização e montagem de 04 equipamentos do tipo container, sendo 01 para guarita da vigilância, com banheiro, 01 para vestiários masculino e feminino, 01 para sala de estar e permanência dos motoristas, e 01 para o escritório e administração dos motoristas.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 355.561,72

9.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 355.561,72** (trezentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos).

9.2. As estimativas do valor da contratação foram obtidas a partir de pesquisa direta com os fornecedores (fl. 23 do processo) e preenchimento de Planilha Orçamentária (fl. 14 do processo). Conforme referida Planilha, foi adotada a Mediana para a definição do preço unitário estimado de cada item. O relatório de pesquisa encontra-se às fls. 15/22 (**atualizado à fl. 33**) do processo.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Como o objeto demanda a aquisição/fornecimento de equipamentos (módulo do tipo container), com serviços de mobilização, montagem e instalações (de esquadrias, elétricas, hidráulicas, de piso, de cobertura, etc.), a princípio, poder-se-ia optar pelo parcelamento do objeto em itens não agrupados, porém as empresas que atuam no mercado são especializadas no fornecimento dos equipamentos, mas atrelado à prestação dos serviços referenciados, conforme pesquisa realizada diretamente com fornecedores (fl. 23 do processo). Ou seja, a mesma empresa é capaz de realizar todas as etapas para a entrega definitiva do objeto, não havendo prejuízo de competitividade.

10.2. Assim, uma eventual licitação dividida em itens não agrupados, não ampliaria a competitividade da contratação.

10.3. Além disso, aumentaria a dificuldade de gerenciamento do cronograma dos contratos por parte da administração, tendo em vista que todas as etapas devem ser executadas em sequência e são dependentes entre si. Ademais, a Administração teria que se relacionar com um maior número de empresas.

10.4. Sendo assim, considera-se mais viável o não parcelamento do objeto, reunindo os itens em grupo.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Contrato nº 33/2022 – UASG 170058, processo nº 19615.720139/2022-97, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada para a construção do Estacionamento, que abrigará a garagem dos veículos pertencentes a SRRF04, no terreno da Receita Federal do Brasil, localizado na Avenida da Saudade, nº 314, Santo Amaro, em Recife, Pernambuco.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação encontra-se prevista na Portaria RFB nº 324/2023 (*Aprova o Plano de Engenharia para o ano de 2023, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil*), Anexo I, cujo código da iniciativa é 2020070959. Comprovante à fl. 37 do processo.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Atualmente a Receita Federal do Brasil na 4ª Região Fiscal está construindo o estacionamento /garagem para a guarda dos veículos oficiais e viaturas. O imóvel está localizado na Avenida da Saudade, 314, no bairro de Santo Amaro, Recife/PE e conta com segurança realizada por meio câmeras e de vigilante.

13.2. Com o término da obra, o estacionamento passará a necessitar de um abrigo para a administração do estacionamento e dos motoristas, além da guarita de segurança.

13.3. Para a execução deste abrigo optou-se pela utilização de módulos tipo container por causa de suas características como flexibilidade, modulação, montagem e resistência que são importantes para a viabilidade de estruturas em locais distantes ou com pouca infraestrutura, com agilidade e qualidade para abrigar áreas administrativas e áreas de convívio.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. A SAENG atuará no acompanhamento do SELIC durante o certame de licitação para a aquisição dos bens e após contratação atuará no acompanhamento e fiscalização da execução contratual com o apoio técnico de corpo especializado contratado (Arquiteto, Engenheiros Civis, Engenheiro Eletricista e Técnicos em Edificações).

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Não foi possível identificar possíveis impactos ambientais relevantes. Ademais, a própria solução (aquisição de containers) por si só já reduz os impactos ambientais que comumente são observados no caso de uma construção civil (geração de resíduos sólidos, emissão de ruídos, emissão de poluentes, etc.).

15.2. Entretanto, recomenda-se a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade, nos termos do art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, conforme pormenorizado em tópico específico do ETP.

16. Declaração de Anexo

16.1. Em obediência ao disposto no Anexo "V", 2.2, "a)", da IN 05/2017, este documento corresponderá ao Anexo A do Termo de Referência, exceto as partes que forem classificadas como sigilosas nos termos da Lei 12.527/2011, as quais serão ocultadas quando da transcrição definitiva.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, e com base nas informações juntadas aos autos deste processo, especialmente quanto ao DFD, declaramos que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração, assegurando o funcionamento das suas atividades finalísticas e o cumprimento de suas missões institucionais.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNO CIRNE DE LUCENA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 12/07/2023 às 10:01:25.

ROSALINE CARNEIRO DE ALBUQUERQUE TOJAL

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

ANA SARA DE ASSIS SANTOS

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação e Responsável pela demanda

Despacho: De acordo com o disposto no art. 14, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019, APROVO o Estudo Técnico Preliminar.

DREYFUS DIOGENES DE LIMA

Chefe da DIPOL/SRRF04



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

AQUISIÇÃO DE CONTAINER

1. OBJETO

1.1. Aquisição, mobilização e montagem de 04 (quatro) equipamentos do tipo Container com as características e especificações detalhadas neste edital.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição dos containers é necessária para guarda e administração do estacionamento dos veículos oficiais da Receita Federal do Brasil no Recife.

2.2. A escolha por esse tipo de equipamento se deu por causa de suas características como flexibilidade, modulação, montagem e resistência que são importantes para a viabilidade de estruturas em locais distantes ou com pouca infraestrutura, com agilidade e qualidade para abrigar áreas administrativas e áreas de convívio.

2.3. Os containers exercerão as funções de guarita, área de trabalho (escritório), vestiário e sala de estar para os motoristas.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. Aquisição, mobilização e montagem de 04 equipamentos do tipo container, sendo 01 para guarita da vigilância, com banheiro, 01 para vestiários masculino e feminino, 01 para sala de estar e permanência dos motoristas, e 01 para o escritório e administração dos motoristas.

3.2. Os módulos dos containers devem obedecer ao anteprojeto em anexo e as descrições e especificações abaixo.

01	Guarita	<p>Container para escritório com banheiro para guarita e vigilância. Módulo com isolamento termoacústico, revestido com acabamento em pvc branco e banheiro medindo aproximadamente 6,00m x 2,50m x 2,60m (altura) com 01 porta de acesso, 04 janelas de correr, iluminação, instalação elétrica e lógica conforme o anteprojeto em anexo, piso em compensado naval revestido com Paviflex de auto tráfego ou manta vinílica com 1,6 mm. Instalações dados + voz + elétricas, hidráulica e infraestrutura para instalação de Split 18.000 BTU/H, até a saída do container.</p> <p>Banheiro: 01 vaso sanitário com tampa e descarga, 01 lavatório de louça branca, espelho, kit ferragens, 01 janela basculante de 0,60 x 0,60, 01</p>
-----------	----------------	---



		divisória interna com porta em duraplac, luminárias LED conforme anteprojeto elétrico.
02	Vestiário	<p>Módulo com isolamento termoacústico, revestido com acabamento em pvc branco medindo aproximadamente 6,00m x 2,50m x 2,60m (altura) dividido internamente em 02 vestiários, sendo 01 masculino e 01 feminino, conforme anteprojeto em anexo.</p> <p>O Container deve ter 02 portas de acesso, 02 janelas altas basculantes, iluminação com luminárias LED, instalação elétrica e lógica conforme o anteprojeto em anexo, piso em compensado naval com espessura de 18 mm, com revestimento impermeável, lavável e antiderrapante, conforme a NR 18.</p> <p>O container vestiário deve ter 04 duchas para banho, 03 vasos sanitários com tampa e descarga, 03 lavatórios de louça branca e espelhos, kit ferragens, 02 janelas basculantes de 0,60 x 0,60, 02 luminárias e divisórias internas com porta em duraplac, conforme anteprojeto de arquitetura.</p>
03	Sala dos motoristas	<p>Módulo com isolamento termoacústico, revestido com acabamento em pvc branco medindo aproximadamente 6,00m x 2,50m x 2,60m (altura) com 01 bancada com 01 pia, 02 portas de acesso, 02 janelas de correr conforme anteprojeto de arquitetura.</p> <p>O container deve ter também iluminação com luminárias LED, instalação elétrica e lógica conforme o anteprojeto em anexo, piso em compensado naval revestido com Paviflex de auto tráfego ou manta vinílica com 1,6 mm. Instalações dados + voz + elétricas, hidráulica e infraestrutura para instalação de Split 18.000 BTU/H até a saída do container.</p>
04	Administração	<p>Módulo com isolamento termoacústico, revestido com acabamento em pvc branco medindo aproximadamente 6,00m x 2,50m x 2,60m (altura) com 01 porta de acesso, 04 janelas de correr, iluminação em LED, instalação elétrica e lógica conforme o anteprojeto em anexo, piso em compensado naval revestido com Paviflex de auto tráfego ou manta vinílica com 1,6 mm. Instalações dados + voz + elétricas, hidráulica e infraestrutura para instalação de Split 18.000 BTU/H até a saída do container.</p>

Estrutura: construções modulares do tipo pré-fabricado de tamanho e peso calculados para que se possa realizar uma montagem fácil e remontagem rápida sem auxílio de ferramentas ou meios de



içamento especiais, com estruturas metálicas em aço de perfil trabalhado ou dobrado com limites de plasticidade de 240 mpa, interconectadas através de soldagem ou por meio de parafuso; alicerce constituído de quadro de aço tubular estruturado, enrijecido e interconectado através de parafusos estabilizando todo o perímetro do alicerce. O chassi é composto de travessas de aço galvanizado tipo perfil Omega. A descarga d'água pluvial constituída de 04 (quatro) tubos descendentes de 50 mm de diâmetro em PVC incorporado dentro dos quatros cantos da estrutura.

Cobertura: teto constituído de quadro perimetral em aço de perfil trabalhado ou dobrado interconectado por meio de parafusos; com cobertura externa de chapa de aço zincada, dentada de, no mínimo, 0,6 mm de espessura.

O fechamento da cobertura deverá ser executado com telhas termoacústicas tipo sanduiche, em chapas de alumínio de esp.= 0,5 mm com camada de poliestireno expandido.

A Cobertura deve ser equipada com calhas e demais acessórios necessários à sua fixação, estanqueidade, captação e destinação das águas pluviais.

O forro interno é constituído de placas de chapas zincada com prime e acabamento com tinta esmalte sintético na cor branco neve.

Entre o forro e a cobertura externa deve ser colocado um colchão de lã mineral de 30 mm de espessura para isolamento térmico e acústico.

A cobertura deve ter carga admissível de pelo menos 100 Kg/m² uniformemente distribuído e coeficiente de isolamento igual ou maior que $K=0,610 \text{ W/m}^2$.

Pilares: em aço de perfil trabalhado de 3 mm de espessura calculado para suportar pressão do vento e sobrecarga vertical. Proteção e envernização realizadas através de lavagem das estruturas com solventes, de secagem por meio de ar quente, de aplicação de uma demão de fundo de spray epossídico e sucessiva aplicação de uma demão de esmalte poliuretânico com dois componentes, secagem final em forno especial.

Paredes: a vedação externa será composta por painéis modulares constituídos por duas chapas de lâmina externa em aço texturizado zincado a quente conforme normas vigentes, pré-envernizados em sistema industrial com uma demão de primer sobre todas as faces e, como acabamento, em pintura eletrostática, uma demão de verniz de poliéster sobre as faces expostas, entre as duas chapas injeta-se, em alta pressão, uma espuma poliuretânica auto extintora de densidade 39/40 Kg/mc, constituído assim, painéis com espessura de 40 mm e coeficiente de isolamento $K = 0,44 \text{ W/m}^2 \text{ } ^\circ\text{K}$.



Portas e janelas: as portas são fabricadas em aço texturizado trabalhado ou dobradas no mesmo acabamento que os painéis constituintes das demais paredes externas. Fabricadas com perfis de acabamento em alumínio anodizado ou envernizadas acompanhadas de todos os acessórios. As janelas, medindo 1,00 m x 1,00 m, são de correr com barras de proteção verticais e vidros de 4 mm de espessura. Fabricadas com perfis de acabamento em alumínio acompanhados de todos os acessórios.

Piso: constituído de placas de compensado naval hidrófogo de espessura de 18mm, revestido com paviflex de autotráfego ou manta vinílica de 1,6mm de espessura, sem emendas, para cada módulo, lavável, autotráfego e resistente aos agentes químicos normais de limpeza com carga admissível de 250 Kg/m² uniformemente distribuídos e coeficiente de isolamento K = 1,42 W/m². Para as áreas molhadas, de banheiros e vestiários deverá ser utilizado compensado naval com espessura de 18 mm, com revestimento impermeável, lavável e antiderrapante, conforme NR 18.

Instalações hidrossanitárias: produzidas com tubos de adução de água em polipropileno com união por termofusão ou através de encaixe; os tubos de descarga de água são em PVC, os utensílios como lavatório, vaso sanitário com caixa acoplada e vaso sanitário para deficientes em cerâmica branca.

Deverá ser prevista a instalação de sistemas de captação de águas pluviais para o sobre teto e sistema de drenos para os aparelhos de ar-condicionado destinando as águas coletadas para a rede pública de Águas Pluviais.

Os ralos e calhas de piso deverão ser equipados com grelhas metálicas ou em PVC.

Os boxes para banho deverão ser caixa em fibra de vidro ou em PVC e devem ser adaptados ao tamanho de cada módulo conforme medidas do anteprojeto.

Instalações elétricas: a distribuição dos pontos de elétrica deverá ser feita através de eletrodutos metálicos ou canaletas metálicas divisão interna tipo multiway série 70 (padrão RFB), realizadas segundo as normas vigentes com tensão prevista para 110/ 220 V; as tomadas são do tipo 3 pinos (NBR 5410) devidamente identificadas. Deverão ser previstos 02 (dois) pontos de elétrica para cada estação de trabalho representada em planta, 01(um) ponto de força para aparelhos de ar-condicionado, estabilizador, micro-ondas (estar e permanência), geladeira (estar e permanência) e demais aparelhos representados em planta.

Os vestiários e sanitários deverão ter 01 (um) ponto de TUG.

As Luminárias serão de sobrepor aletadas de alto brilho para 2 lâmpadas de LED tubular de 18 a 20W e a iluminação externa mediante refletores de LED. Nos banheiros podem ser adotados outro modelo compatível com o anteprojeto em anexo.



Instalações de lógica e telefonia: a distribuição dos pontos deverá ser feita através de eletrodutos metálicos ou canaletas tipo multiway série 70 (padrão RFB), obedecendo às normas vigentes; os pontos serão do tipo e RJ45 em caixas tipo metálica compatível com os sistemas de eletrodutos. Para os módulos tipo administração deverá ser previsto lógico e 01 ponto de telefonia para cada posto de trabalho conforme o anteprojeto de arquitetura.

Aterramento: a estrutura dos módulos de contêineres deve ser aterrada eletricamente, prevenindo contra a possibilidade de choques elétricos, obedecendo às normas técnicas brasileiras.

OBSERVAÇÕES

Os containers deverão ser equipados com toda a infraestrutura elétrica e de drenagem para a instalação de um aparelho de ar-condicionado tipo Split de 18.000 BTUs em cada módulo. Os banheiros deverão ter espelho sobre os lavatórios, box com fechamento em esquadria de alumínio com porta.

4. DO PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE ANTES DA ENTREGA TOTAL DO OBJETO

4.1. A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar quando solicitado pelo pregoeiro juntamente com a proposta:

- Os desenhos técnicos, contendo elevações, seções verticais e horizontais com medidas e detalhes dos equipamentos, bem como o caderno de especificações técnicas. Os documentos técnicos deverão ser expedidos em nome da empresa que efetivamente fabrica os containers.
- A descrição da logística e do planejamento da entrega, do transporte, da montagem e da instalação dos itens.
- A descrição da metodologia para prestação de serviços de reposição de materiais defeituosos, seja por avarias no transporte, seja por defeitos de fabricação; bem como a assistência técnica durante a garantia dos equipamentos. A licitante deverá indicar o nome, endereço e telefone da empresa que ficará responsável pela assistência técnica.
- Os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao perfeito manuseio e manutenção dos equipamentos.

4.2. Os documentos deverão ser avaliados pela equipe técnica da Seção de Obras e Serviços de Engenharia (Saeng04) no prazo de 02 (dois) dias úteis

4.3. Para aceitação da proposta, serão avaliados os critérios estabelecidos no item 03, referentes às especificações técnicas.

4.4. Caso os equipamentos da proposta da licitante não correspondam exatamente às especificações citadas, podem ser apresentados itens com equivalência técnica, desde que seja apresentado relatório demonstrando a equivalência técnica dos materiais.



- 4.5. Caso a equipe da Saeng04 julgue necessário, pode ser solicitada a apresentação de amostra ou protótipo para a aceitação da proposta.
- 4.6. Serão aceitos como protótipos produtos fornecidos pela licitante a outros órgãos ou empresas, desde que tenham as mesmas características do objeto licitado.
- 4.7. O julgamento e aceitabilidade da proposta e das especificações técnicas cabem à equipe técnica da Seção de Obras e Serviços de Engenharia (Saeng04).
- 4.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 4.8. No caso da não apresentação da documentação, ou atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, a proposta do licitante será recusada.
- 4.8. Se os documentos apresentados pelo primeiro classificado não forem aceitos, o Pregoeiro e equipe analisarão a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.
- 4.9. Seguir-se-á com a verificação dos documentos técnicos e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Edital.

5. GARANTIA

- 5.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 01 (um) ano, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 5.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos



durante a execução dos reparos.

5.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

5.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA

6.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

6.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados para o fornecimento de 02 equipamentos do tipo container com as características similares ao objeto desta contratação.

7. LOCAL E PRAZO DE INSTALAÇÃO

7.1. A Contratada deverá instalar os containers na Avenida da Saudade, 314, Santo Amaro, Recife/PE.

7.2. Fica facultado ao licitante realizar vistoria no local da instalação dos equipamentos anteriormente à data da presente licitação. As vistorias devem ser realizadas de segunda a sexta das 9h às 16h e devem ser agendadas previamente por meio do telefone (81)37975534.

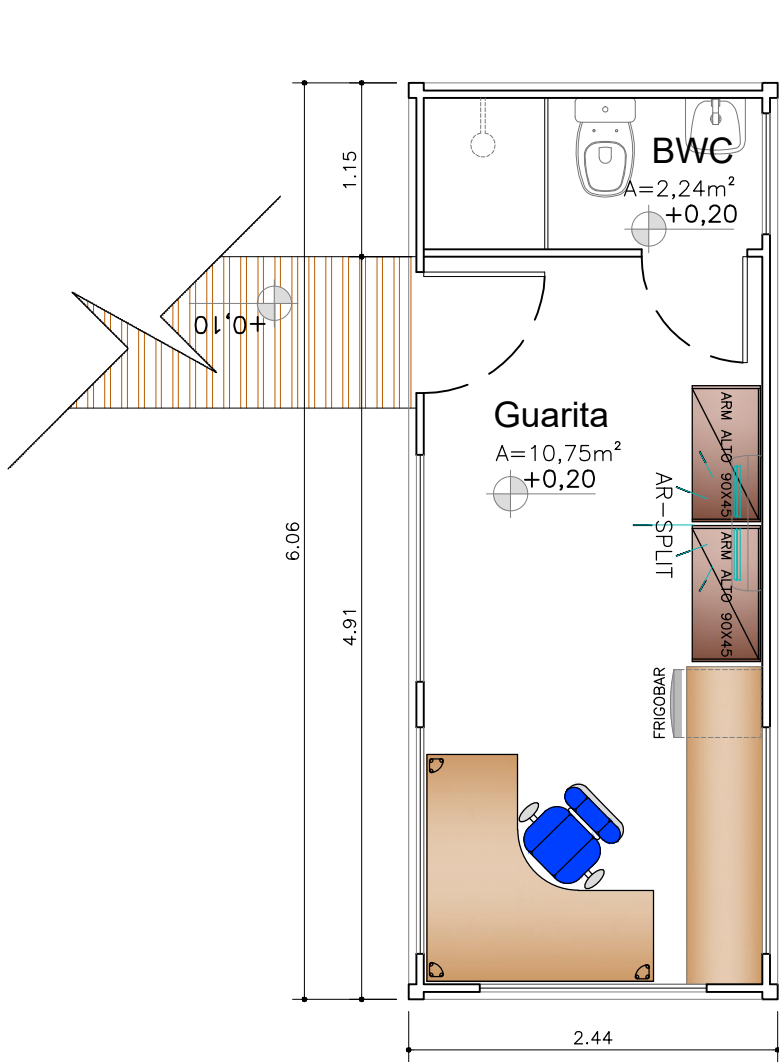
7.3. O prazo máximo para a montagem e entrega dos containers com todas as instalações funcionando perfeitamente é de 30 dias corridos a partir da assinatura do contrato.

8. PAGAMENTO

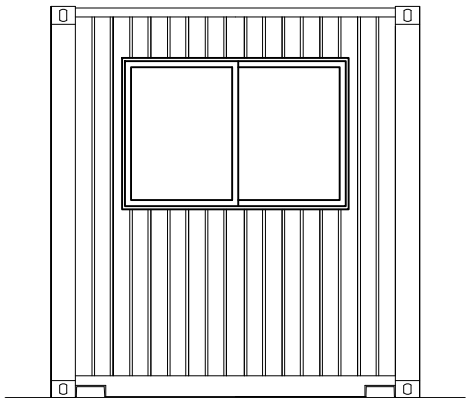
8.1. O pagamento dos módulos container efetivamente instalados serão pagos após o Recebimento da Fiscalização contratual e apresentação da Nota Fiscal.

(documento datado e assinado digitalmente)

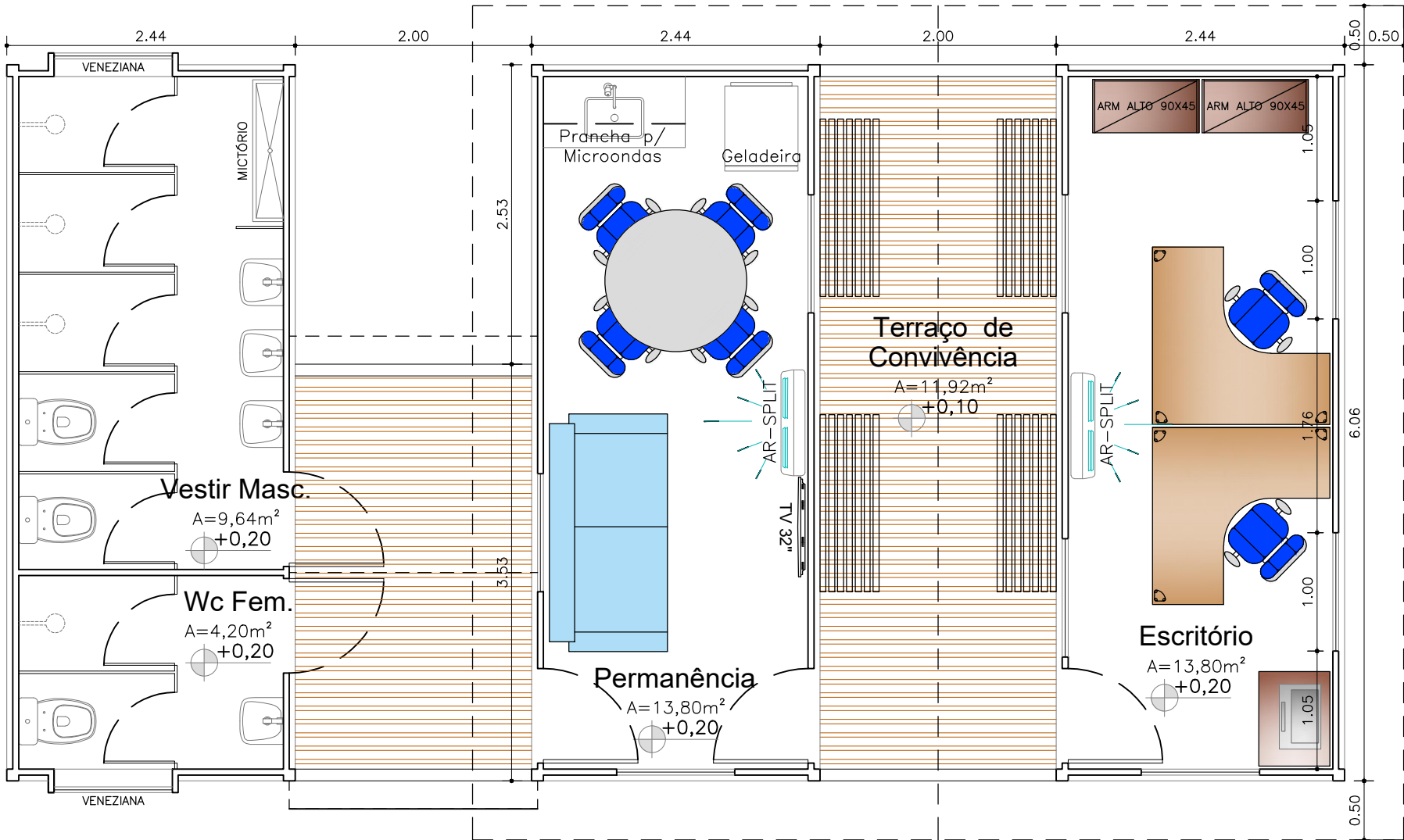
Ana Sara de Assis Santos
CAU nº A91416-9
Matrícula 19831961



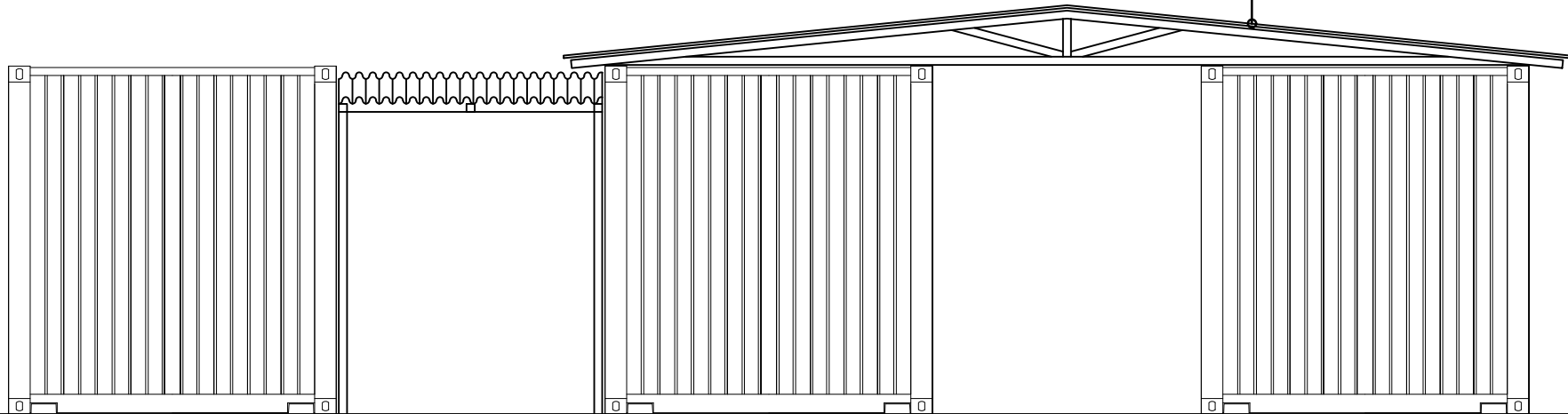
PLANTA - CONTAINER GUARITA
ESCALA: 1/50



ELEVAÇÃO - CONTAINER GUARITA
ESCALA: 1/50



PLANTA - CONTAINERS BANHEIROS, ESCRITÓRIO e PERMANÊNCIA
ESCALA: 1/50



ELEVAÇÃO - CONTAINERS BANHEIROS, ESCRITÓRIO e PERMANÊNCIA
ESCALA: 1/50

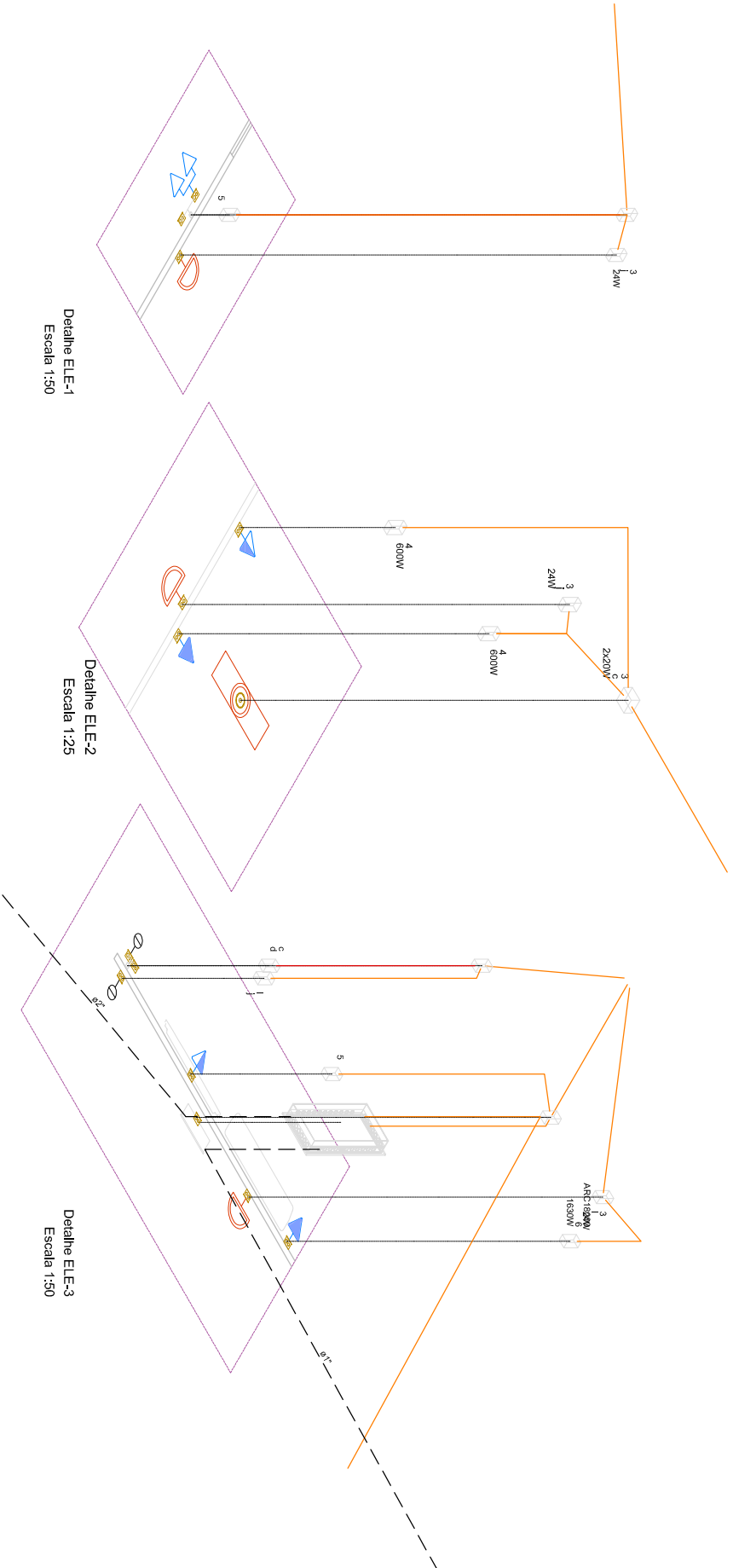
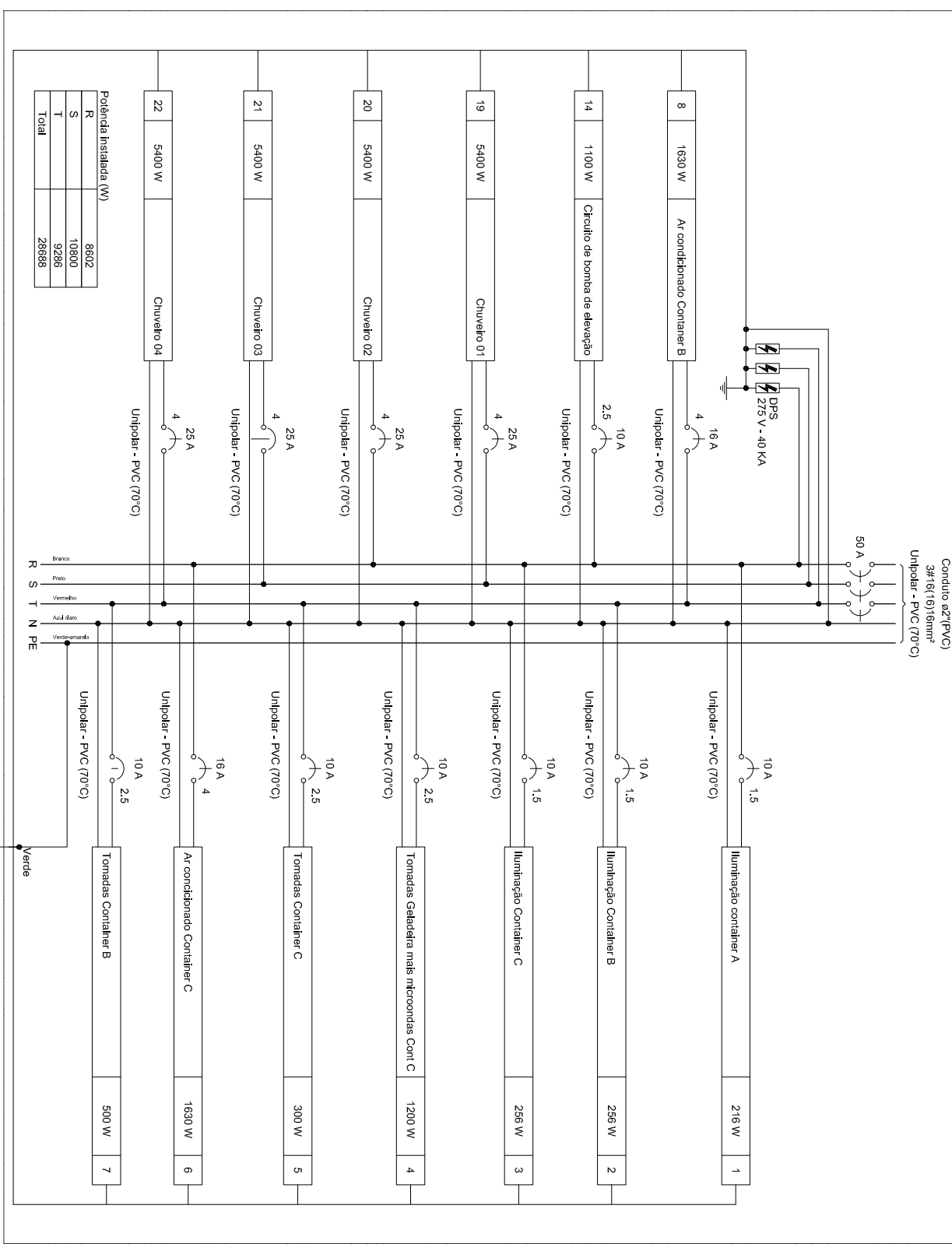


RECEITA FEDERAL

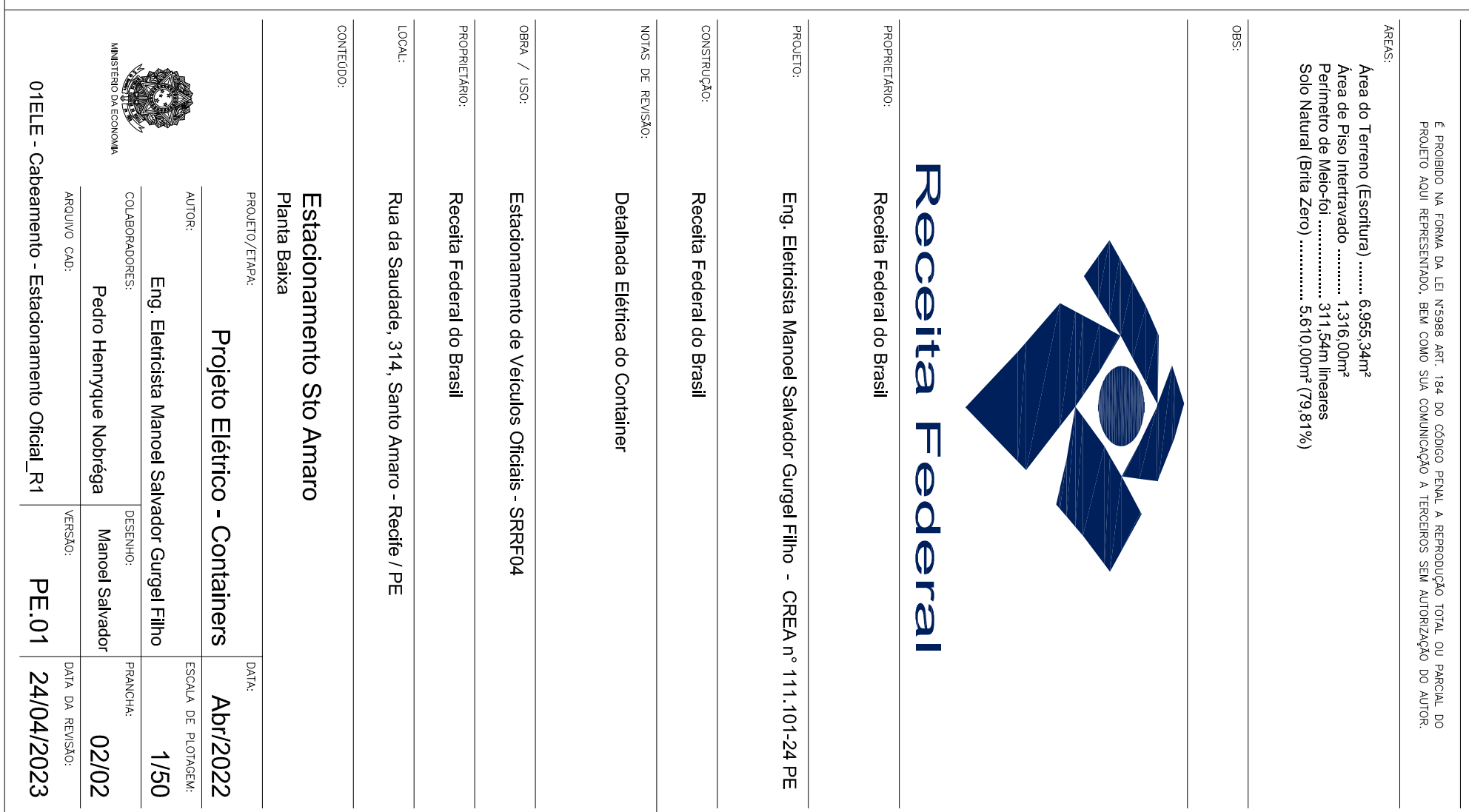
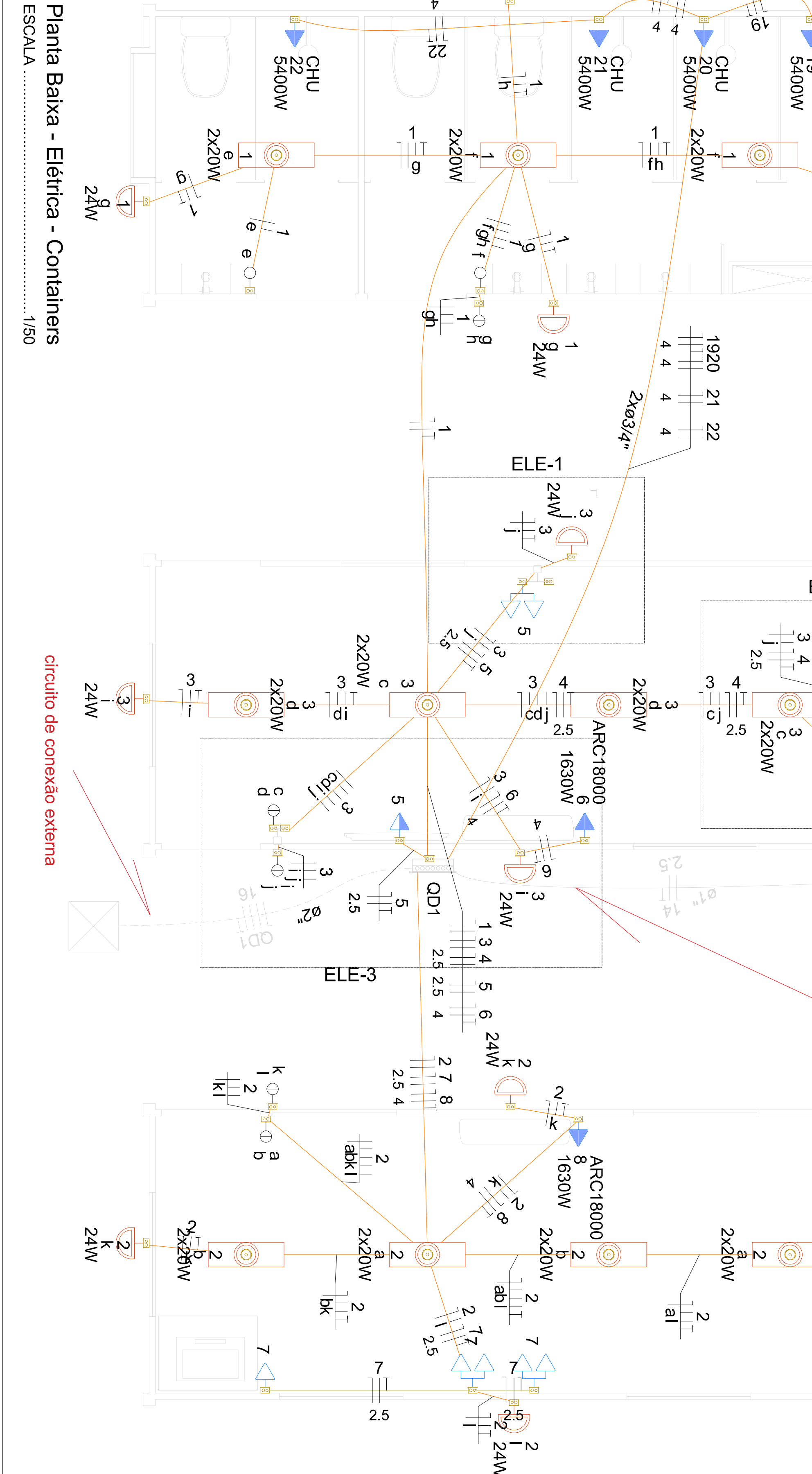
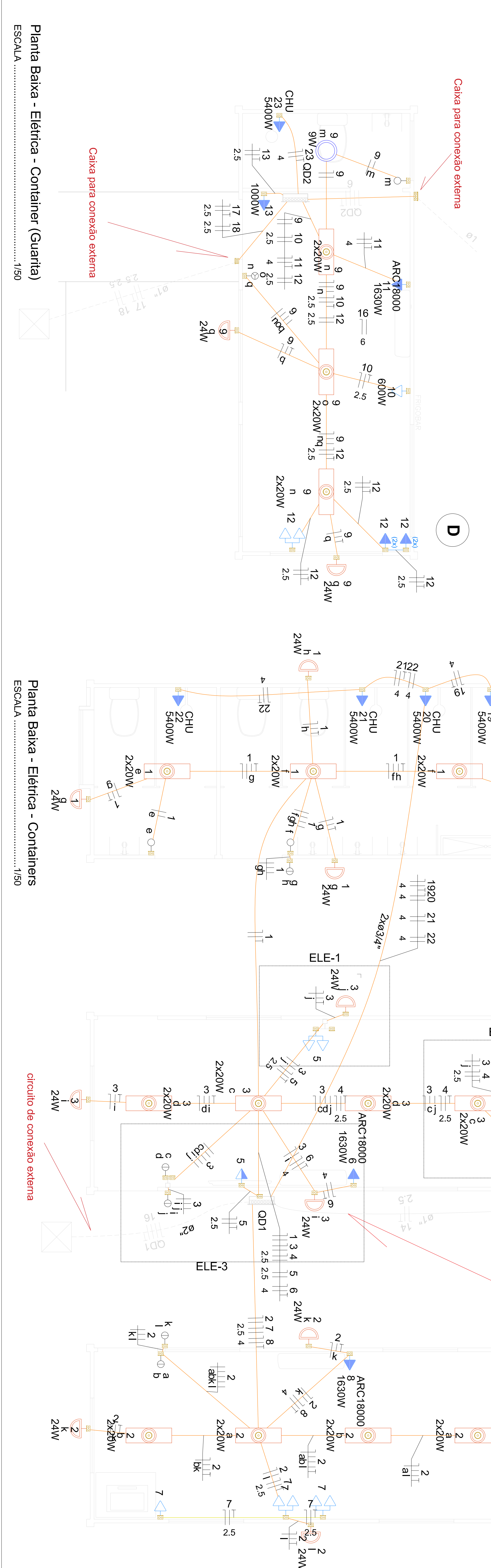
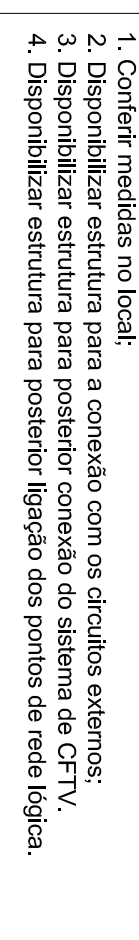
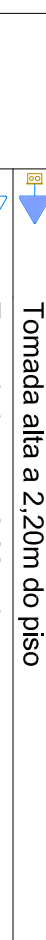
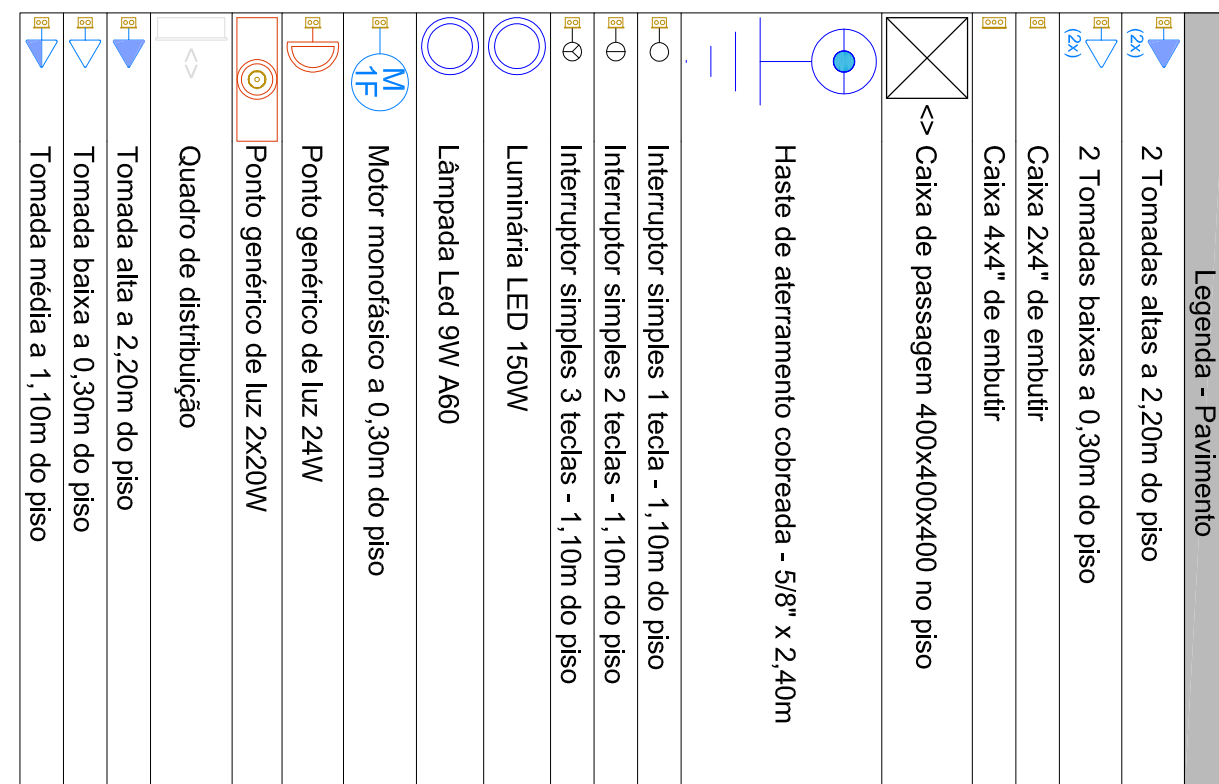
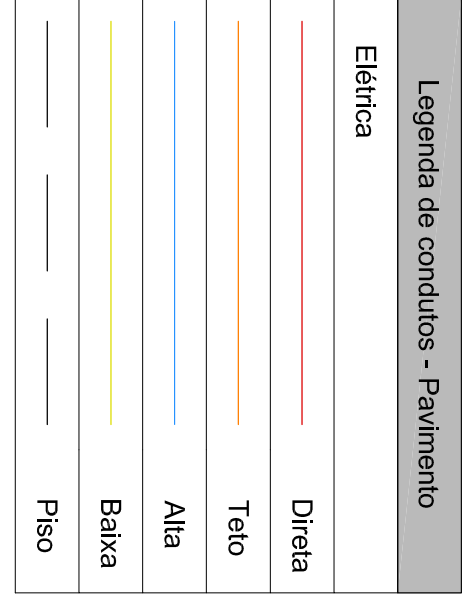
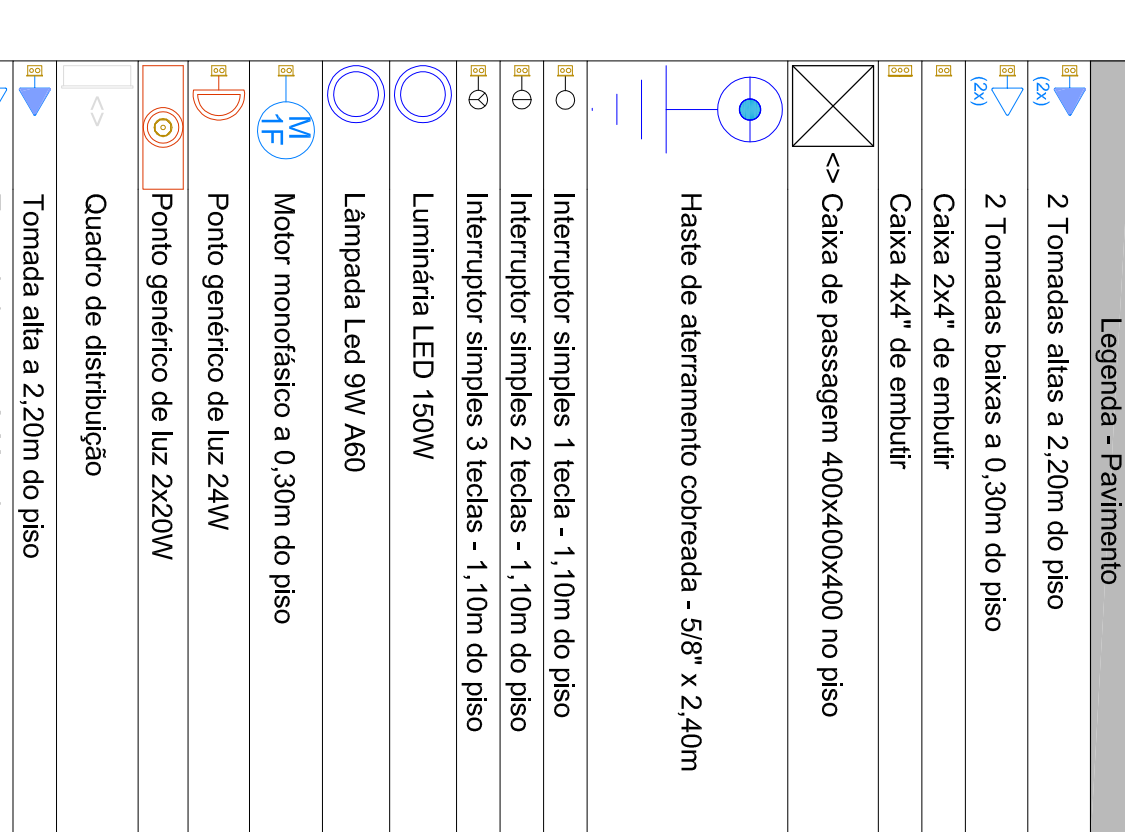
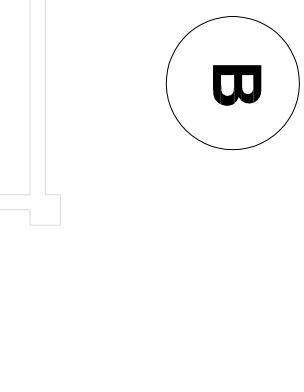
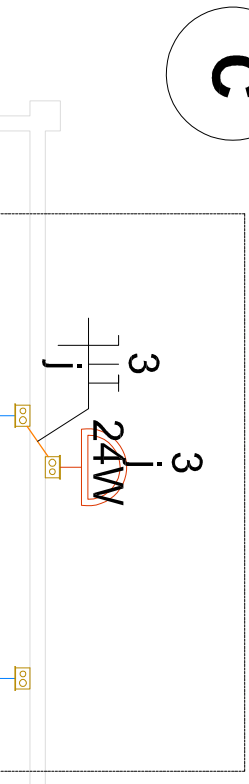
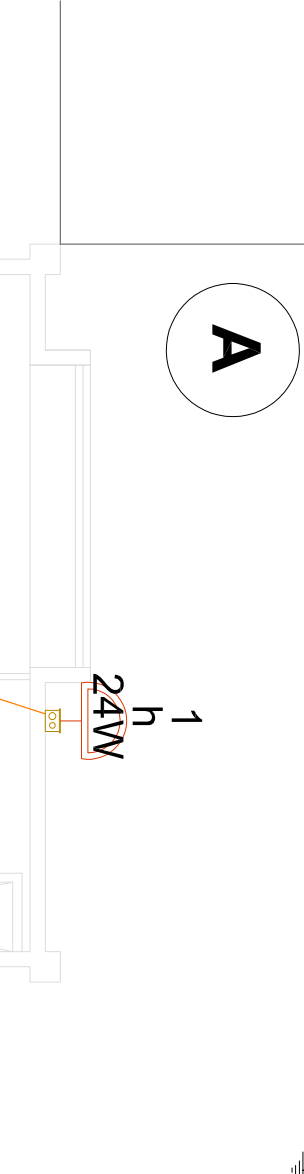
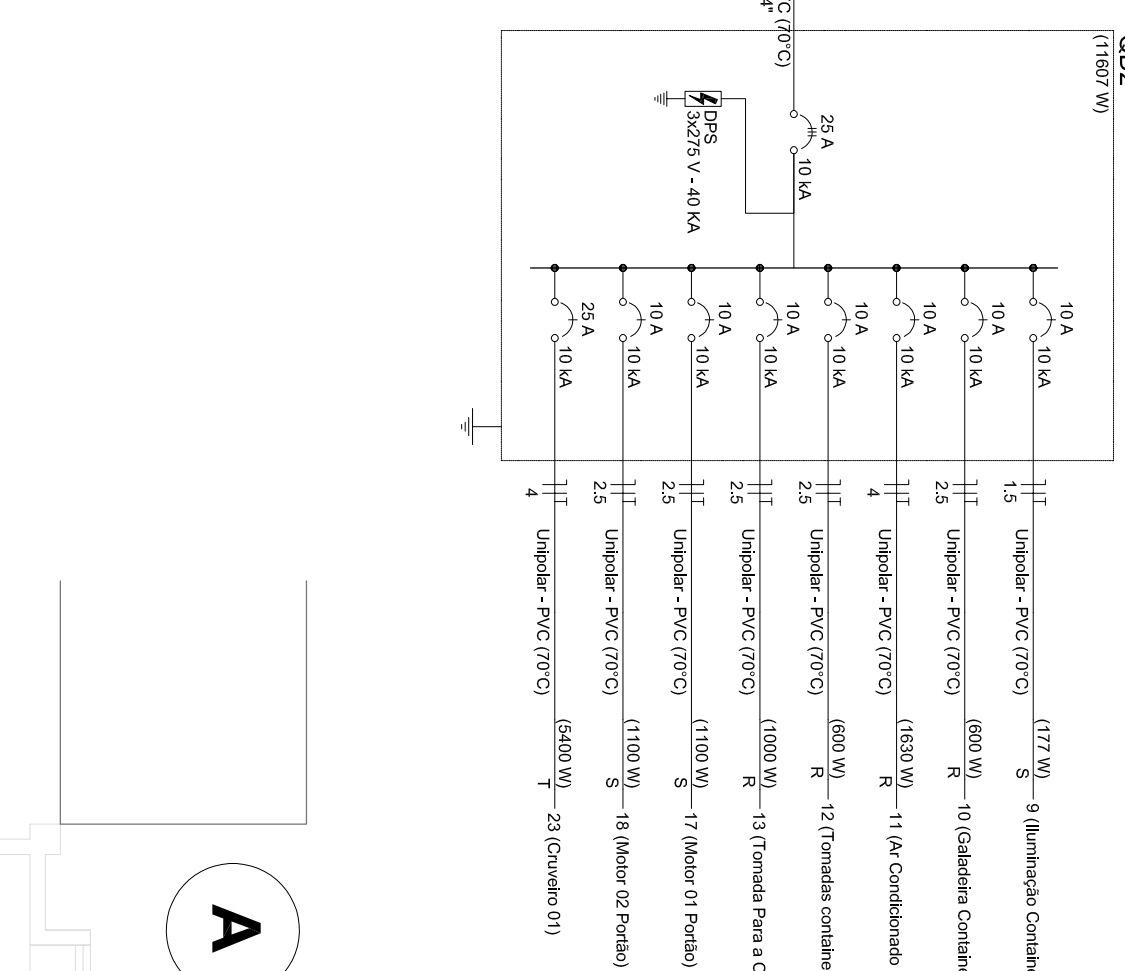
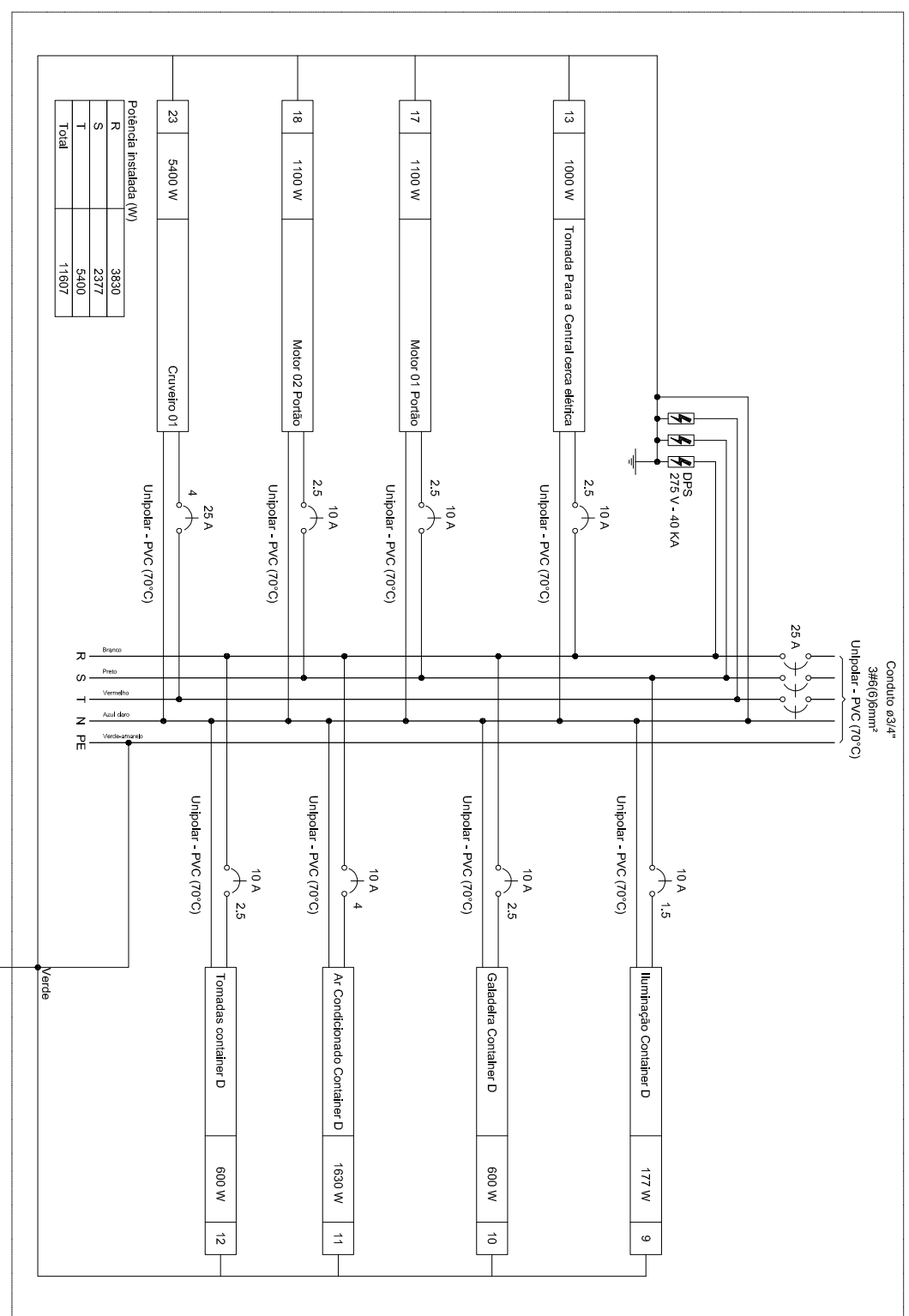
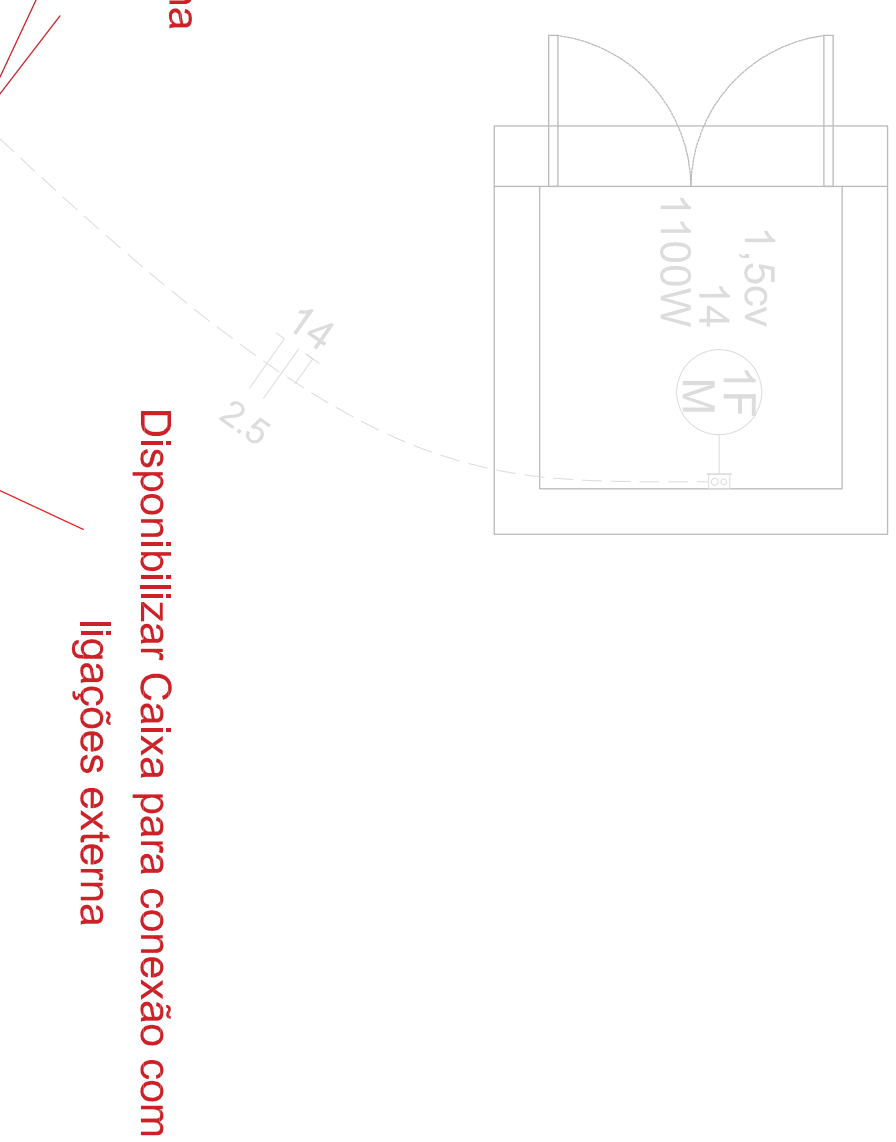
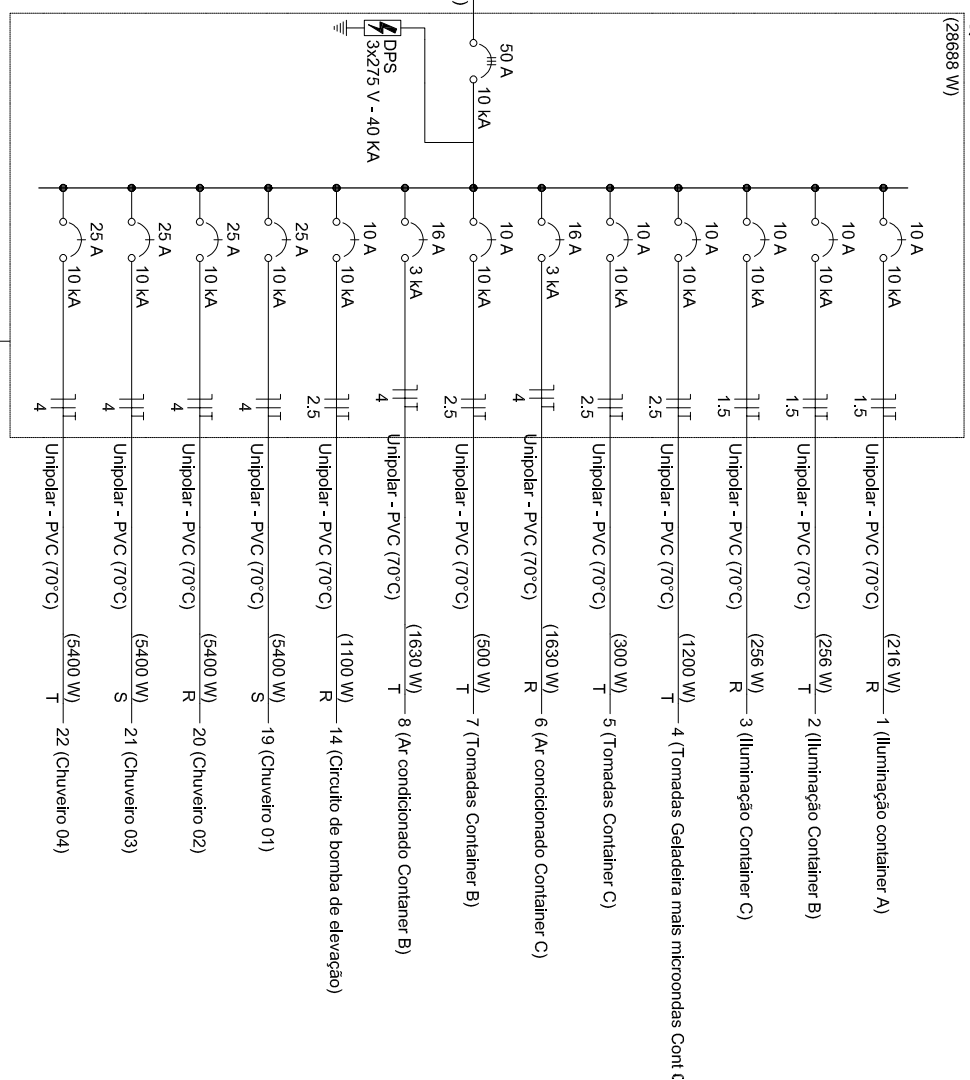
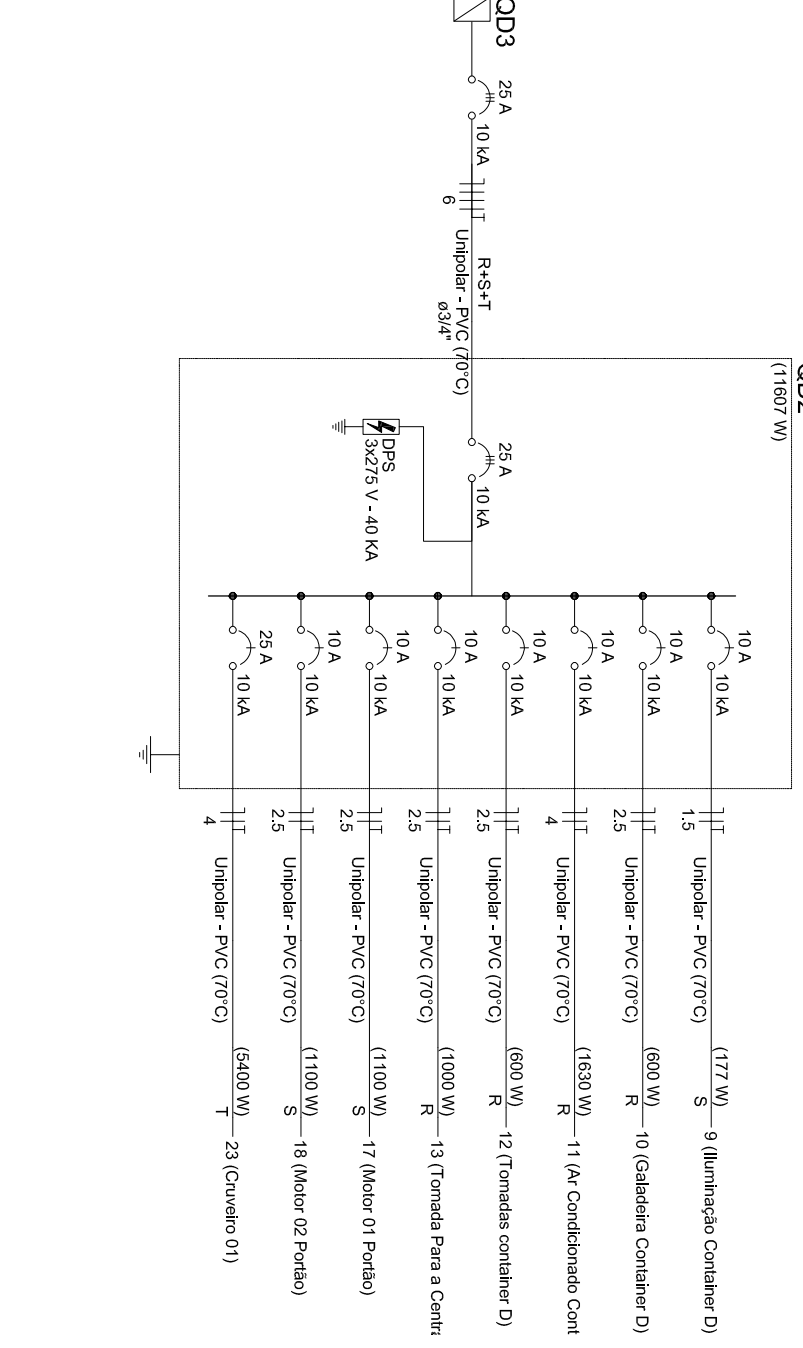
RFB - PROJETO ESTACIONAMENTO
LOCAL: TERRENO SANTO AMARO
DETALHE - PORTÃO DE ALUMÍNIO

PRANCHA
P.01/01
NOVEMBRO 2021

NOTAS
1 - CONFERIR COTAS NA OBRA, QUALQUER DIMENSÃO DIFERENTE DEVE SER INFORMADA AOS RESPONSÁVEIS.
2- TODOS OS MATERIAIS ESPECIFICADOS DEVERÃO TER AMOSTRA PARA APRECIÇÃO ANTES DE SUA APLICAÇÃO.
3- IMPREVISTOS QUE IMPLIQUEM EM ALTERAÇÃO DE PROJETO DEVEM SER COMBINADOS COM ANTECEDÊNCIA.

[illegible]

Criterios	Descripción	Criterio de Carga (C) - Performance									
		Equipo	Memoria	Bandwidth	Throughput	Latency	Ops./sec.	Procs./sec.	Procs./C	Procs./T	Procs./G
1	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
2	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
3	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
4	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
5	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
6	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
7	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
8	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
9	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
10	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
11	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
12	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
13	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
14	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
15	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
16	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
17	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
18	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
19	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
20	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
21	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
22	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
23	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
24	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
25	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
26	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
27	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
28	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
29	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
30	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
31	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
32	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
33	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
34	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
35	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
36	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
37	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
38	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
39	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
40	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
41	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
42	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
43	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
44	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
45	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
46	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
47	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
48	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
49	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
50	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
51	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
52	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
53	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
54	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
55	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
56	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
57	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
58	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
59	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
60	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
61	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
62	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
63	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
64	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
65	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
66	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
67	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
68	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
69	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
70	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
71	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
72	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
73	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
74	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
75	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
76	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
77	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
78	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
79	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
80	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
81	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
82	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
83	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
84	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
85	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
86	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
87	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
88	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
89	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
90	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
91	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
92	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
93	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
94	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
95	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
96	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
97	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
98	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
99	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
100	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
101	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
102	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
103	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
104	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
105	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
106	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
107	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
108	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
109	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
110	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
111	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
112	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
113	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
114	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
115	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
116	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
117	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
118	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
119	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
120	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
121	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
122	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
123	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
124	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
125	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
126	Bandwidth Continuo D	8x-R	80	2500	1	181	177	5	100	140	134
127	Bandwidth										



MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

COMPRA

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/...., QUE
FAZEM ENTRE SI O(A)..... E
A EMPRESA**

A União, por intermédio do(a) (órgão) contratante), com sede no(a) , na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº , neste ato representado(a) pelo(a) (**cargo e nome**), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 20..., publicada no *DOU* de de de , portador da matrícula funcional nº , doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº , sediado(a) na , em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº , expedida pela (o) , e CPF nº , tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição, mobilização e montagem de 04 (quatro) equipamentos do tipo Container, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR	
						Unitário	Total
1	1	Guarita: Container para escritório com banheiro para guarita e vigilância. Módulo com isolamento termoacústico, revestido com acabamento em pvc branco e banheiro medindo aproximadamente 6,00m x 2,50m x 2,60m (altura) com 01 porta de acesso, 04 janelas de correr, iluminação, instalação elétrica e lógica conforme o anteprojeto em anexo, piso em compensado naval revestido com Paviflex de auto tráfego ou manta vinílica com 1,6 mm. Instalações dados + voz + elétricas, hidráulica e infraestrutura para instalação de Split 18.000 BTU/H, até a saída do container. Banheiro: 01 vaso sanitário com tampa e descarga, 01	600252	Unidade	1		

		lavatório de louça branca, espelho, kit ferragens, 01 janela basculante de 0,60 x 0,60, 01 divisória interna com porta em duraplac, luminárias LED conforme anteprojeto elétrico.					
2		<p>Vestiário: Módulo com isolamento termoacústico, revestido com acabamento em pvc branco medindo aproximadamente 6,00m x 2,50m x 2,60m (altura) dividido internamente em 02 vestiários, sendo 01 masculino e 01 feminino, conforme anteprojeto em anexo.</p> <p>O Container deve ter 02 portas de acesso, 02 janelas altas basculantes, iluminação com luminárias LED, instalação elétrica e lógica conforme o anteprojeto em anexo, piso em compensado naval com espessura de 18 mm, com revestimento impermeável, lavável e antiderrapante, conforme a NR 18.</p> <p>O container vestiário deve ter 04 duchas para banho, 03 vasos sanitários com tampa e descarga, 03 lavatórios de louça branca e espelhos, kit ferragens, 02 janelas basculantes de 0,60 x 0,60, 02 luminárias e divisórias internas com porta em duraplac, conforme anteprojeto de arquitetura.</p>	600252	Unidade	1		
3		<p>Sala dos motoristas: Módulo com isolamento termoacústico, revestido com acabamento em pvc branco medindo aproximadamente 6,00m x 2,50m x 2,60m (altura) com 01 bancada com 01 pia, 02 portas de acesso, 02 janelas de correr conforme anteprojeto de arquitetura.</p> <p>O container deve ter também iluminação com luminárias LED, instalação elétrica e lógica conforme o anteprojeto em anexo, piso em compensado naval revestido com Paviflex de auto tráfego ou manta vinílica com 1,6 mm. Instalações dados + voz + elétricas, hidráulica e infraestrutura para instalação de Split 18.000 BTU/H até a saída do container.</p>	600252	Unidade	1		

	4	Administração: Módulo com isolamento termoacústico, revestido com acabamento em pvc branco medindo aproximadamente 6,00m x 2,50m x 2,60m (altura) com 01 porta de acesso, 04 janelas de correr, iluminação em LED, instalação elétrica e lógica conforme o anteprojeto em anexo, piso em compensado naval revestido com Paviflex de auto tráfego ou manta vinílica com 1,6 mm. Instalações dados + voz + elétricas, hidráulica e infraestrutura para instalação de Split 18.000 BTU/H até a saída do container.	600252	Unidade	1		
	5	Cobertura	600252	Unidade	1		
	6	Mobilização com Carreta, Mobilização com Munk e Montagem	600252	Unidade	1		
TOTAL – GRUPO 1							

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20..., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/170058;

Fonte: 1032000000;

Programa de Trabalho: 04.125.0032.2237.0001;

Natureza de Despesa: 449051;

Subitem de Natureza de Despesa: 92;

PI: OBS.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de Pernambuco - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO V DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO			
Razão Social:			
Endereço:		UF:	CEP:
Telefone:			
E-mail:			

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ FABRICANTE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1						
	2						
	3						
	4						
	5						
	6						
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA							

Valor Global por extenso: _____

Validade da Proposta (mínimo de 60 dias): _____

Dados Bancários para pagamento
Banco:
Número da Conta:
Agência:

Nome do representante legal: _____

Nº da cédula de identidade e órgão emitente: _____

Telefone/fax/e-mail para contato: _____

_____, ____ de ____ de ____
Assinatura do representante da empresa

ANEXO VI DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU RENÚNCIA

Nome da empresa:

CNPJ nº

Endereço:

Fone:

E-mail:

Declaro que vistoriei minuciosamente os locais para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital de Licitação Pregão Eletrônico **SRRF04 nº __/20__**, e tomei conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletei informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial.

OU

Optamos pela não realização de vistoria, assumindo inteira responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta comercial ao processo licitatório de **Pregão Eletrônico SRRF04 nº __/20__** em nome da empresa que represento, mas declaro ter conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

.....de.....de 20__

Visto do representante legal ou procurador da empresa

Carteira de Identidade:.....Órgão Expedidor:.....

Obs. Enviar preenchido via convocação de anexo e assinado com cópia autenticada da procuração, se for o caso. O original deste documento deverá ser enviado junto com os demais documentos no prazo definido.